



Câmara Municipal de Palma

Estado de Minas Gerais

PROJETO DE LEI Nº 029/2017.

"INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS – REFIS/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALMA, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Orgânica do Município, aprovou, para que o Chefe do Executivo Municipal promulgue a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta lei dispõe sobre a criação do Programa de Recuperação de Créditos Fiscais - REFIS/2017, que tem por objetivo recuperar os créditos de IPTU, TAXAS, MULTAS e ISSQN, assegurando tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido às microempresas, às empresas de pequeno porte e às pessoas físicas, inclusive a prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte e também, autônomos, inscritos em dívida ativa ou não, parcelados ou não, ajuizados ou não, como forma de incrementar o ingresso de receitas municipais.

Parágrafo Único - Para efeito desta lei são micro e pequenas empresas somente aquelas previstas na lei complementar nº. 123/06 e 127/07, sendo que, poderão optar pelo REFIS/2017 as empresas excluídas do Simples Nacional por não preencherem as exigências da Lei Complementar 123 e 127 em tempo hábil.

Art. 2º - Os créditos provenientes de IPTU, TAXAS, MULTAS e ISSQN das micro e pequenas empresas, prestadores de serviços de trabalho pessoal do próprio contribuinte, inscritos em dívida ativa, em fase administrativa ou judicial, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2016, desde que satisfeitas às condições previstas nesta lei, poderão ser pagos da seguinte forma.

I - à vista, em uma única parcela no ato da adesão aos REFIS/2017, com redução de 90% (noventa por cento) na multa e juros de mora, para pagamentos até 15 de novembro de 2017.

II - parceladamente, no máximo em 5 (cinco) parcelas, com os prazos e descontos correspondentes previstos na tabela a seguir, sendo a primeira parcela paga no ato da adesão ao REFIS/2017, e as parcelas seguintes com vencimento no décimo dia de cada mês subsequente ao da adesão:

*Renat Henrique de Paula
Nádia Medina Cordero
Juliano de A. Rocha Ferreriro*



Câmara Municipal de Palma

Estado de Minas Gerais

TABELA DE DESCONTOS DE PARCELA E DESCONTOS DE JUROS E MULTA (REFIS/2017)

Número de parcelas - Percentual de descontos

- 02 parcelas - 80% de desconto
- 03 parcelas - 70% de desconto
- 04 parcelas - 60% de desconto
- 05 parcelas - 50% de desconto

Parágrafo Único - O Programa de Recuperação de Créditos - REFIS/2017, desde que requerida pelo contribuinte, também é extensivo aos parcelamentos em vigor, sendo que a redução prevista no artigo 2º incidirá apenas sobre as parcelas pendentes de pagamento, vedada qualquer revisão das parcelas já quitadas.

Art. 3º - As disposições desta lei aplicam-se igualmente aos créditos originários de denúncia espontânea de débitos fiscais que tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2016, apresentados na repartição fazendária no período de vigência do REFIS/2017.

Art. 4º - O prazo final para adesão ao REFIS/2017 serão até o dia 30 de novembro de 2017.

Art. 5º - O pagamento da parcela à vista ou da primeira parcela do parcelamento, importa em reconhecimento da dívida e adesão ao programa nos termos da presente lei, devendo ser requerida a adesão ao REFIS/2017 diretamente no Cadastro Técnico do Município de Palma, através de Termo de Parcelamento a Adesão ao Programa de Recuperação de Créditos - REFIS/2017, assinado pelo contribuinte ou seu representante legal.

Art. 6º - O disposto no artigo 2º desta Lei, somente poderá alcançar créditos objeto de litígio judicial, após a formalização, nos autos do processo, da desistência da ação e da renúncia ao direito a verbas decorrentes da sucumbência, devidas pelo Município.

Art. 7º - O atraso no pagamento das parcelas mensais sujeitará os valores à incidência dos encargos moratórios previstos na legislação tributária municipal.

Art. 8º - Caso o parcelamento efetuado nos termos desta Lei não esteja plenamente quitado até 60 (sessenta) dias após o vencimento de qualquer parcela, a Fazenda Municipal revogará os benefícios concedidos, acarretando o cancelamento da redução de multa e juros que serão reintegrados ao saldo dos

Juliano de A. Rocha Ferraz

*Paulo Henrique de Paula
Varela Mesquita Mendes.*



Câmara Municipal de Palma

Estado de Minas Gerais

débitos, hipótese em que os valores pagos serão deduzidos da dívida e o Termo de Parcelamento será imediatamente encaminhado à cobrança judicial.

Art. 9 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2017

Ronie Hungria de Paula

Ronie Hungria de Paula - Presidente

Josimar Rezende Soares - Vice-Presidente

Juliano de A. Pedra Ferreira

Juliano de Arimatea R. Ferreira - 1º Secretário

Dário Medina Guedes

Dário Medina Guedes - 2º Secretário